

Aula 9

O MOVIMENTO OPERÁRIO

META

Analisar o nascimento da classe operária e de uma nova doutrina econômica e social vinculada ao processo de industrialização e urbanização: o socialismo

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Identificar o papel da revolução industrial na formação e desenvolvimento da classe operária.

Destacar os princípios fundamentais do pensamento socialista.

Sugerir bibliografia complementar para aprofundamento de questões aqui esboçadas.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

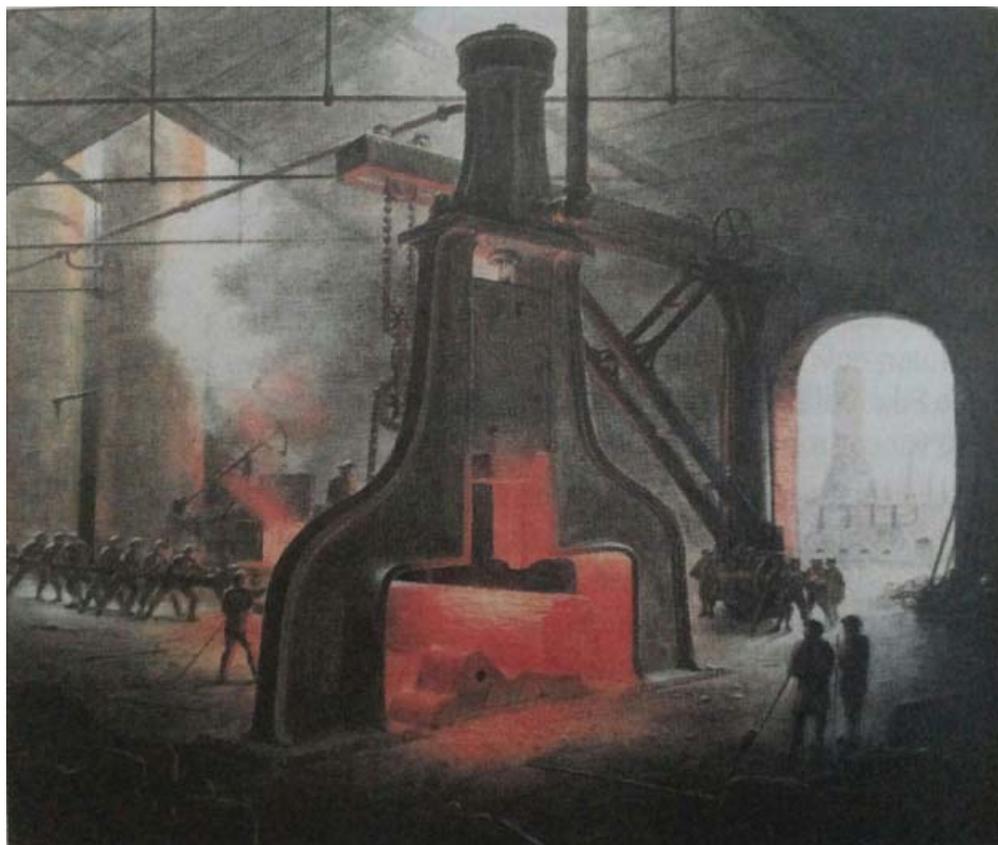
“A partir do momento da consolidação do capitalismo, as condições de vida e de trabalho do nascente proletariado tornaram-se extremamente precárias. Tais condições eram ainda mais insuportáveis à medida que contrastavam de maneira brutal com o novo estilo de vida desenvolvido pela burguesia industrial. É dentro deste contexto que se desenrola o movimento operário europeu ao longo do século XIX. Este movimento desdobra-se, inicialmente, em formas de resistência que se traduzem no ludismo, expressão de protesto da nascente classe operária. Num segundo momento, por volta de meados do século, configura-se o movimento cartista, que tinha como objetivo possibilitar ao proletariado até mesmo uma representação política. É possível perceber, pois, um amadurecimento da luta e da resistência dos trabalhadores.

Já na segunda metade do século, surgiram as primeiras associações de trabalhadores (*trade unions*) que, embora inicialmente apresentassem um caráter assistencialista, vieram a dar origem aos sindicatos.

Paralelamente às lutas operárias do século XIX, no plano teórico, notadamente a partir da publicação do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, desenvolvia-se o socialismo científico ou marxismo. Fundamentando seu pensamento na dialética hegeliana, na economia política inglesa e no socialismo, o marxismo propunha uma nova teoria da história: o materialismo histórico, segundo o qual a história se desenvolve dialeticamente, a partir de relações de produção existentes e predominantes em cada sociedade. Estas corresponderiam à infraestrutura e, em última instância, determinariam a superestrutura política, jurídica e ideológica da sociedade.

Segundo Marx e Engels, a superação de um modo de produção por outro estaria diretamente relacionada às lutas de classe que caracterizariam a história da sociedade humana. Partindo do princípio de que no capitalismo a produção da riqueza era socializada, mas, sua apropriação se dava apenas por aqueles que detinham os meios de produção, Marx e Engels estudaram o caráter contraditório do modo de produção capitalista e perceberam que as transformações seriam aceleradas a partir da organização e conscientização da classe operária.

Assim, percebe-se a estreita relação existente entre o marxismo e o movimento operário europeu durante a segunda metade do século XIX. A formação das Associações Internacionais dos Trabalhadores (AIT) reflete a forte influência do socialismo no movimento operário”. (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 48/49).



Operários trabalham no interior de uma fábrica inglesa em condições “sufocantes e insalubres” (Arruda e Piletti, 1999, p. 238).

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CONDIÇÃO OPERÁRIA

SEUS COMPONENTES

“Essa revolução industrial, que nasceu na Inglaterra do século XVIII e se propaga no século XIX pelo continente, na França, na Bélgica, a Oeste da Alemanha, no Norte da Itália e em alguns pontos da península ibérica, repousa no uso de uma nova fonte de energia, o carvão, e no desenvolvimento das máquinas, depois das invenções que modificam as técnicas de fabricação. A conjunção desses dois fatores, a aplicação dessa energia nova à maquinaria, constitui a origem da Revolução Industrial, cujo símbolo é a máquina a vapor.

SUAS CONSEQUÊNCIAS

Essa revolução causa mudanças de espécies diversas. De um lado, o trabalho humano, a relação do homem com seu trabalho foram profundamente afetados. Nem sempre, como uma versão idealizada faz

pensar, há um alívio no sofrimento dos homens. Num primeiro tempo, no século XIX, o trabalho industrial é mais penoso que antes.

A revolução industrial modifica também as relações dos homens entre si. As máquinas, com efeito, introduzem nas estruturas tradicionais a transformação do mapa da indústria, que agora se reagrupa, - ou se desenvolve - em torno das fontes de energia ou das matérias-primas, perto das cidades, porque necessita de uma mão-de-obra numerosa. A concentração geográfica e humana precipita a conjunção entre o fenômeno urbano e a atividade propriamente industrial.

Essa mão-de-obra, em geral, vem dos campos. Aqui se juntam dois fenômenos, que muitas vezes são estudados em separado: o crescimento da indústria, com a concentração da mão-de-obra em torno das manufaturas, das fábricas, das minas, e o êxodo rural que, progressivamente, esvazia os campos das populações que os congestionavam.

Esses operários de origem rural, que vão formar os batalhões da nova indústria, que enchem as manufaturas, as oficinas, não são contudo os herdeiros diretos dos *compagnons* medievais ou dos artesãos das corporações: eles constituem uma classe inteiramente nova, uma realidade social original, mesmo se nem todos os seus contemporâneos tiveram consciência exata do fenômeno.

Ao mesmo tempo em que surge uma nova classe, as relações entre os grupos se modificam pouco a pouco e, como por círculos concêntricos, os efeitos, diretos ou induzidos, da industrialização vão se ampliando.

Como o crescimento das unidades industriais supõe a aplicação de capitais, vemos também surgir uma categoria relativamente nova, a dos chefes de indústria, a dos empresários, que dispõem de capitais ou fazem empréstimos. Mas, enquanto entre o padrão do Antigo Regime e seus artifices a separação não era intransponível, entre os novos patrões e os novos operários, o abismo que os separa cada vez se aprofunda mais. A disparidade dos gêneros de vida, a desigualdade dos recursos, acabam por criar como que duas humanidades diferentes: de um lado, o capitalismo industrial, financeiro, bancário, favorecido por dispositivos de lei, como na França a lei de 1867 sobre as sociedades anônimas e, do outro lado, uma massa assalariada que não tem por si nada mais além de sua capacidade de trabalho físico, que não tem nem reservas nem recursos, mão-de-obra não qualificada, vinda em linha direta do campo à busca de trabalho, obrigada a se acomodar ao primeiro serviço que encontra. A dissociação entre esses dois grupos de acentua e ganha todos os aspectos da vida social, porque não é apenas dentro da fábrica que eles se diferenciam, mas ainda pelo acesso à instrução, pela participação na vida política, pelo *habitat*. No século XIX, surge uma forma de segregação sociológica desconhecida pelas antigas cidades, que juntavam num mesmo espaço pessoas de todas as condições, às vezes até nas mesmas casas. Com o crescimento das cidades, os bairros elegantes diferenciam-se dos bairros operários, dos subúrbios,

dos arrabaldes, em todas as grandes aglomerações da Europa Ocidental ou Central.

Existem, portanto, agora, duas populações que não se encontram senão por ocasião do trabalho e não têm outra relação que as de mando e de subordinação. Elas poderiam ignorar-se, mas logo passam da dissociação para o antagonismo. Seus interesses são contrários e o liberalismo concorre para contrapô-las. O interesse dos patrões, evidentemente, é diminuir os salários; o dos trabalhadores é defendê-los já que era impossível conseguir aumentos, pois a concorrência, que opõe os empresários entre si, age em detrimento dos assalariados. A concorrência opõe os assalariados entre si pela inexistência de acordos ou de convenções e a falta de empregos, que coloca à disposição dos patrões um exército de reserva, no qual podem conseguir a substituição dos eventuais grevistas, agrava ainda mais a dependência dos trabalhadores.

Eis o encadeamento de causas e de conseqüências que leva do uso do carvão e da introdução da maquinaria à constituição de duas categorias antagonicas. Do técnico ao sociológico, passando pelo econômico, através de planos sucessivos, pode-se reconstituir uma das principais transformações da sociedade moderna. A princípio ela não afeta senão regiões limitadas, tais como os grandes centros industriais britânicos dos fins do século XVIII a França, sob a monarquia constitucional, e, na segunda metade do século, outras partes da Europa, e ainda assim esporadicamente, porque temos de tomar cuidado para não antecipar o que diz respeito à industrialização. (...)

As condições de trabalho são as mais duras possíveis, pois não existe qualquer limitação de tempo. Trabalha-se enquanto a claridade ou a luz do dia o permitir, ou seja, até quinze ou dezesseis horas por dia. Nunca se descansa, nem mesmo aos domingos; a supressão da maioria das festas religiosas, dias santificados sob o Antigo Regime, reduzia ainda mais as possibilidades de repouso dos trabalhadores. No plano religioso, a continuidade do trabalho, colocando os operários na impossibilidade de praticar e de observar os mandamentos, contribui para a descristianização. Não existe também limite de idade. As crianças são obrigadas a trabalhar desde os mais tenros anos e os mais velhos não gozam de aposentadoria. Isso está de acordo com as máximas do liberalismo, que quer que a liberdade da oferta e da procura não seja entravada por nenhuma regra obrigatória. O que, aliás, não impede a existência, nas manufaturas, de regulamentos disciplinares de oficinas que sancionam a infração às regras com descontos, multas, agravando ainda mais a situação material, já precária, se se considerar a insalubridade dos locais, a insegurança do trabalho.

Essas condições de trabalho são agravadas pelas condições de *habitat*. Os trabalhadores são obrigados a se contentar com os locais que a população lhes abandona, cujo equivalente atual seria as favelas. Assim, há uma centena de anos, os camponeses que chegavam do campo encontravam-se numa situação semelhante à dos africanos do norte ou dos portugueses na Europa industrial de hoje.

Enfim, os salários são igualmente baixos, visto não haver nenhuma regulamentação, nenhuma fixação de salário, existindo à porta das fábricas uma multidão de pessoas sem trabalho, pronta a aceitar não importa que condições.

De fato, no século XIX, a condição dos operários foi agravada por dois fatos independentes da Revolução Industrial, do egoísmo dos proprietários e da falta de organização dos explorados, e que são, de um lado, uma fase de depressão econômica e, de outro lado, o impulso demográfico. O encontro desses dois fenômenos com a Revolução Industrial fez da condição operária no século XIX algo de espantoso.

Com efeito, depois das guerras do Império, a Europa entra numa dessas fases de depressão econômica que se repetem periodicamente e que durará até 1851, ou seja, por mais de um terço do século. A procura diminui justamente quando a capacidade de produção aumenta. As empresas disputam entre si um mercado em vias de redução, tentam conter os preços de venda e, portanto, fazem tudo para reduzir ainda mais a parte da remuneração salarial. É assim que a depressão repercute sobre a renda dos trabalhadores.

Como consequência da revolução demográfica que se esboçava no século XVIII, a Europa conhece, por outro lado, um rápido impulso demográfico. A situação lembra a de numerosos países hoje em vias de desenvolvimento; não se trata do único caso em que a comparação, com um século de intervalo, entre a Europa da primeira metade do século XIX e a América Latina, a África Negra ou a Ásia atual é esclarecedora. Os dados não são idênticos, mas as tendências são análogas e nos ajudam a compreender as causas e determinados aspectos da evolução da Europa no início da revolução industrial. O impulso demográfico, multiplicando o número dos trabalhadores disponíveis, o uso das máquinas diminui as necessidades, multiplica os virtuais desempregados, o que Marx chama de “exército de reserva do proletariado”. Com a ameaça do desemprego tecnológico – ou técnico – tudo se une contra os trabalhadores.

Desse modo, fatores propriamente econômicos e demográficos, independentes do regime jurídico e mesmo das intenções das partes aliciadas, contribuem para agravar a condição dos operários no século XIX. O pauperismo, grande fato da época, – cujos vestígios são encontrados na literatura da época, desde *Os Miseráveis* aos romances de Dickens –, se impôs, como uma evidência, à atenção. Presente em todas as grandes aglomerações industriais, ele inspira uma legislação (as leis sobre os pobres, da Inglaterra), suscita movimento de piedade e de simpatia, obras filantrópicas, as conferências de São Vicente de Paula, o romantismo do miserabilismo.

Essa evocação da condição operária é útil, não apenas para compreender as primícias do movimento operário, mas ainda para entender sua orientação atual. Permanecendo vivo na memória coletiva do sindicalismo operário, esse passado ajuda a compreender certa psicologia operária, feita

de amor-próprio ferido, de dignidade achincalhada, de desconfianças e de ressentimento. Essas lembranças explicam os motivos pelos quais o movimento operário não crê senão na luta para melhorar sua situação, nem confia senão no retorno ao combate, nem se volta naturalmente senão para filosofias de luta de classes, que lhe propõem a esperança de uma libertação”. (Rémond, 1974, p. 103/108);

O LUDISMO

W. O. HENDERSON

“Uma das primeiras manifestações de revolta dos operários contra a sua miserável situação foi o ludismo, movimento de protesto caracterizado pela destruição das máquinas e que ocupou os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX. Trata-se de uma reação que possui grande importância e significado, revelando a seriedade dos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial.

O texto a seguir aprofunda algumas questões referentes ao ludismo, expressão que deriva do nome de Ned Ludd, tecelão que teria se destacado pela liderança do movimento. Chama-se a atenção para a brutalidade da reação oficial que, juntamente com o aprofundamento de uma consciência de classe maior, inviabilizou o ludismo. Por volta de 1820, os trabalhadores iniciavam novas formas de resistência.

O movimento *luddite* em Inglaterra, que atingiu o auge em 1811-1812, começou como um levantamento dos fabricantes de meias no condado de Nottigham. Nessa altura, a manufatura de meias era ainda uma indústria caseira. A malha produzia-se em máquinas manuais, em pequenas oficinas, mas os artífices eram empregados por patrões que possuíam as máquinas e as matérias-primas. Em 1811, os operários das meias queixaram-se de que os patrões estavam lançando no mercado quantidades excessivas de produto ao mesmo tempo barato e vistoso, e, para se manterem em concorrência, diminuíram os salários, tornando mais dura a vida dos operários. Estes pediam o regresso aos métodos tradicionais de produção e venda e às tabelas anteriores de pagamento e serviam-se do terror como principal argumento. Estavam tão bem organizados que se podia pensar que um único cérebro planejava todos os movimentos contra os industriais. Contudo, parece provável que vários chefes dos bandos destruidores de máquinas, que aterrorizavam a região, usassem o nome terrível de “General Ludd”. Os luddites agiam em grupos de cerca de cinquenta e invadiam, rápidos, uma aldeia após outra para destruir as máquinas de malhas, desaparecendo tão silenciosamente como tinham chegado, sem que as autoridades os conseguissem apanhar (...)

Supunha-se que os ataques luddites à vida e à propriedade dos industriais faziam parte de uma conspiração geral dos trabalhadores para derrubar o governo... O Parlamento organizou comissões secretas para acompanhar a situação e foi informado de que os insurretos dos distritos revoltados possuíam uma organização de tipo militar. Aos magistrados locais foram então enviados reforços que lhes permitissem lutar contra os destruidores de máquinas... Estas medidas ajudaram a restaurar a lei e a ordem, embora houvesse novas revoltas e destruição de máquinas” (...). (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 49/50).

A BURGUESIA E O PROLETARIADO

“A industrialização intensificou o processo de urbanização, pois estimulou a migração das populações rurais e sua concentração na periferia das cidades industriais. Na moderna sociedade urbana e industrial formaram-se as duas principais classes do capitalismo moderno: a burguesia e o proletariado (...) Com a expansão do capitalismo e o surgimento da classe operária, generalizou-se a o sistema de trabalho livre assalariado” (...).

O surgimento da uma sociedade, na qual uma classe – a burguesia – detinha o poder econômico e o poder político, e ao proletariado cabia se submeter a longas jornadas de trabalho e salários baixos, criou o contexto para que pensadores ligados aos trabalhadores elaborassem a doutrina socialista. Da mesma forma, intelectuais ligados à burguesia aperfeiçoassem o já existente sistema liberal.

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

“O papel pioneiro desempenhado pelos ingleses na industrialização contribuiu para transformar a Inglaterra no berço da escola clássica de economia política. Durante a Revolução Industrial, os economistas clássicos formularam os postulados essenciais do liberalismo econômico”...

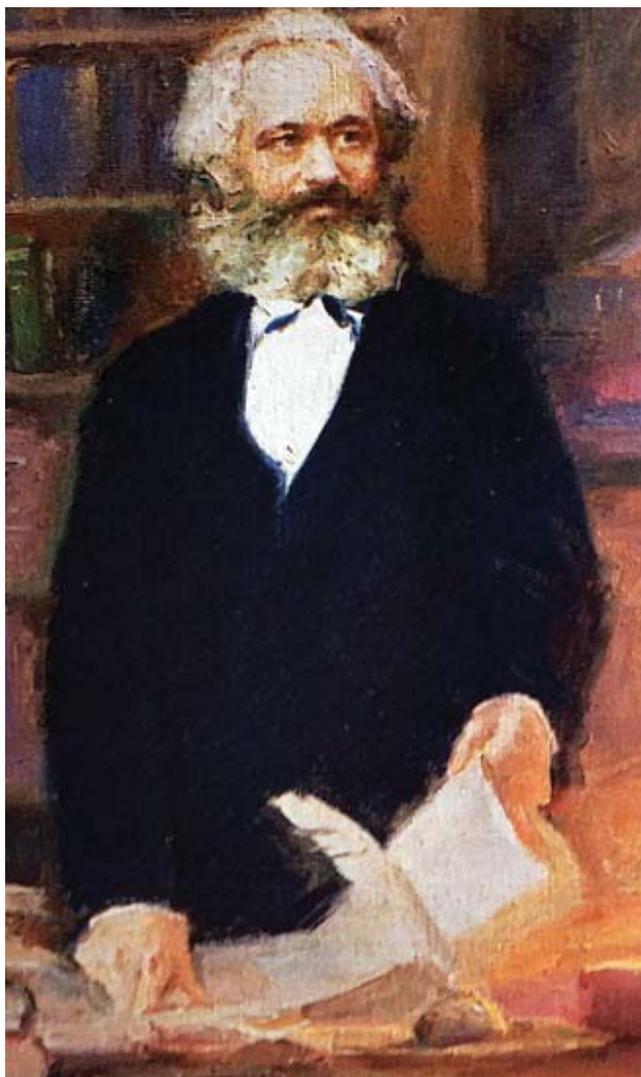
- A inviolabilidade da propriedade privada e o individualismo econômico.
- O *laissez-faire* (liberdade de comércio e de produção).
- A obediência às leis naturais da economia.
- A liberdade de contrato.
- A livre concorrência e o livre cambismo.

Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Nassau Senior, estão entre os mais importantes economistas clássicos.

O SOCIALISMO UTÓPICO

“A Revolução Industrial criou também condições para o *desenvolvimento* do pensamento socialista, ligado à nascente classe operária. Surgindo nos primórdios da industrialização e correspondendo ao período de formação da classe operária, a ideologia socialista propunha projetos ideais para a construção da sociedade futura, daí denominarem-se seus seguidores de socialistas utópicos.

Os principais representantes do socialismo utópico foram os franceses Henri de Saint-Simon e Charles Fourier e o inglês Robert Owen. (...)



Karl Marx (Costa e Mello, 2008, p. 394)

O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Em 1848, a Europa foi varrida por uma nova onda de revoluções que, pela primeira vez, contaram com ativa participação da classe operária, que passara por um processo de formação durante a industrialização. Naquele

ano, a publicação do *Manifesto Comunista*, dos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), assinalou o nascimento da ideia do socialismo científico.

Os ideais dos socialistas utópicos contribuíram para o desenvolvimento do socialismo científico. Leo Huberman, em seu livro *A história da riqueza do homem*, analisando os escritos de Marx, fixou a diferença fundamental entre os dois tipos de socialismo: “Marx praticamente nada escreveu sobre a sociedade do futuro. Estava tremendamente interessado na sociedade do passado, em como evoluiu, desenvolveu-se e decaiu, até se tornar a sociedade do presente. Estava tremendamente interessado na sociedade do presente porque desejava descobrir as forças que nela provocariam a modificação para a sociedade do futuro. Mas não gastou seu tempo nem se preocupou com as instituições econômicas do amanhã. Passou quase todo o tempo estudando as instituições econômicas de hoje. Desejava saber o que movimentava as rodas da sociedade capitalista onde vivia. O nome de seu maior trabalho foi *O capital: análise crítica da produção capitalista*”.

O socialismo científico foi o resultado da síntese, realizada por Marx e Engels, de parte significativa do que produzira a cultura europeia no século XIX: a economia política inglesa, o socialismo utópico e a filosofia idealista da sociedade alemã”.

Os princípios fundamentais do socialismo científico são:

- As transformações da sociedade como resultado das forças econômicas;
- A luta de classes como força motriz da história;
- A exploração da mais-valia como essência do capitalismo moderno;
- O proletariado como agente de transformação da sociedade capitalista;
- O advento do socialismo como fase de transição para o comunismo.

(Costa e Mello, 2008, p. 392/395).

A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

“Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), sendo que um dos seus fundadores foi Karl Marx, que conseguiu impor suas ideias fundamentais, as quais transparecem no preâmbulo dos estatutos aprovados. Para Marx essa Associação era de fundamental importância, uma vez que ela poderia significar maior clareza de objetivos por parte da totalidade do movimento. O texto a seguir é o preâmbulo dos estatutos da Internacional.

Considerando

que a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra da própria classe trabalhadora;

que a luta em prol da emancipação da classe trabalhadora não constitui uma luta em prol de prerrogativas de monopólio de classe, mas antes uma luta em prol de direitos e deveres equitativos e de aniquilamento de qualquer domínio de classe;

que a subjugação econômica do trabalhador a quem se privou dos meios para o trabalho, isto é, das fontes de vida, constitui a raiz da servidão sob todas as suas formas – a miséria social, a atrofia mental e a dependência política;

que, pois, a emancipação econômica da classe trabalhadora constitui o grande objetivo final, ao qual se há de subordinar, como objetivo final, qualquer movimento político;

que todas as tentativas até agora empreendidas visando esse objetivo fracassaram por falta de acordo entre os múltiplos ramos do trabalho de cada país e pela ausência de uma união fraterna entre as classes trabalhadoras dos diversos países;

que a emancipação da classe trabalhadora não constitui tarefa nem local nem nacional, mas é uma tarefa social que compreende todos os países em que existe a sociedade moderna e cuja solução depende da cooperação prática e teórica dos países mais adiantados;

que o movimento que atualmente se renova, da classe trabalhadora nos países industriais da Europa, enquanto desperta novas esperanças, também representa uma solene advertência contra uma recaída dos antigos enganos e insta a uma congregação imediata dos movimentos ainda dispersos; por estes motivos foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores.

E declara:

que todas as sociedades e indivíduos que a ela se filiarem reconhecem a verdade, a justiça e a moralidade como regra de seu comportamento recíproco e para com todos os homens, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade. Considera que é dever de cada qual conquistar os direitos humanos e civis não apenas para si próprio, mas para todo aquele que cumpre o seu dever. Não há deveres sem direitos, não há direitos sem deveres”. (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 54/55).

O SOCIALISMO

“Enquanto a sociedade europeia, excetuando a Rússia, evolui, não sem vacilações para a democracia, leva dentro de si um fermento de destruição: o socialismo revolucionário e internacionalista.

O socialismo “utópico” de meados do século XIX, que buscava a sociedade ideal e pretendia conduzir até ela a humanidade, deu lugar a tendências mais ásperas, mais violentas, mais duras, igualmente mais realistas. O socialismo de Marx – o primeiro volume do *Capital* é de 1867 – rejeita todo moralismo. Não é em nome de um bem superior que ele quer melhorar a sorte dos trabalhadores, mas em nome de leis históricas implacáveis que levarão o proletariado a esmagar a burguesia capitalista e assumir o poder. Mas a influência de Marx – que se firma desde 1864 na I Internacional – vai levar muito tempo para penetrar nos fatos. Antes de 1870-1875, outras teorias rivalizam com a sua, notadamente o anarquismo de Proudhon e de Bakounine. Todos querem a destruição do Estado burguês. Mas enquanto Marx quer imediatamente substituí-lo pelo Estado proletário, ditatorial na primeira fase, Proudhon e Bakounine querem o desaparecimento do Estado, substituí-lo por uma vaga federação de comunas. A “Comuna de Paris” em 1871 sofreu mais fortemente a influência anarquista do que a influência de Marx.

Mais que o aparecimento do “socialismo científico”, o que mais contribui para mudar a própria natureza do fenômeno, é que, pela primeira vez, o socialismo deixa de ser assunto de teóricos para se encarnar na massa operária. Houve até então um movimento operário – as greves foram numerosas na Inglaterra, na França, na Alemanha, desde o começo da Revolução Industrial – e havia doutrinários retirados das massas.

O “grau dos trabalhadores” da religião são-simoniana era um esforço, aliás minúsculo, para converter os operários, não uma ligação orgânica entre operários e socialistas. Após 1871, e cada vez mais, o movimento operário – com os sindicatos que o enquadram – e o socialismo tendem a absorver-se mutuamente.

Se tentarmos distinguir as linhas diretrizes do desenvolvimento deste novo socialismo, pode-se primeiro notar que, em vários lugares se criam partidos socialistas. A Alemanha é a primeira a ter seu partido socialista (...). Na França existe apenas 1 na Câmara dos Deputados no início da III República, 12 em 1885 (...). Após um ligeiro recuo em 1898, a curva torna a subir...

Na Itália, onde a esquerda sobe ao poder em 1876 e onde se estabelece o sufrágio universal, em 1912 os socialistas obtêm 50 cadeiras em 1913.

O caso da Grã-Bretanha é diferente. A tradição de dois partidos faz com que seja sempre difícil a um terceiro ocupar um lugar. As eleições em um escrutínio, de maioria simples se tornam arriscadas quando há mais de dois candidatos. Também os eleitores operários (...) votam nos conservadores

ou nos liberais, segundo o apoio que estes prometiam às reivindicações das *trade unions*. Quando os sindicatos, nos anos 80, se ampliaram e se abriram às massas de operários não especializados, mais frustrados e mais violentos, surgiu um problema de representação especial.

Um *Independent Labour Party* foi criado e pela primeira vez 2 socialistas sentaram-se numa câmara inglesa em 1892. Mas esse partido não estava diretamente ligado às *trade unions*. Sua influência permaneceu fraca. Foi somente em 1900 que apareceu o *Labour Representation Committee*, composto de representantes das *trade unions* de um lado, e de diversos grupos socialistas de outro. Esse comitê devia tornar-se o *Labour Party*. Em 1906, houve 29 eleitos sem contar alguns liberais-trabalhistas.

Como os liberais no poder empreendem-se grandes reformas financeiras em detrimento dos grandes proprietários, os trabalhistas evitaram, em 1910, fazer fracassar seus candidatos e retiraram os seus de numerosas circunscrições. Passaram, todavia, a 41, depois a 43 eleitos. Foi só depois da guerra que o *Labour Party* subiu ao poder.

O fato de o socialismo progredir por toda a parte não basta para explicar todos os aspectos do problema. Com efeito, a palavra socialismo encobre, entre inúmeros matizes de detalhes, duas ideologias profundamente diferentes, uma reformista, outra revolucionária. A tendência reformista quer conquistar o poder mediante métodos legais e mudar em proveito dos trabalhadores a legislação “burguesa” existente. Assim é que ela apoia os outros partidos, desde que estes proponham boas leis sociais. Assim, aceita que seus membros participem de governos de esquerda... A tendência revolucionária – cada vez mais atraída pelo marxismo – acha que as reformas são uma mistificação. Suavizam momentaneamente a sorte dos trabalhadores sem transformar a estrutura da sociedade. Para essa revolução estrutural é mister que o partido socialista se apodere da totalidade do poder. Nada de compromisso com a esquerda burguesa. Qualquer reforma de detalhe, acalmando a combatividade dos proletários, prejudica o essencial que é a conquista do poder por meio da revolução, e, se for preciso, através da revolução violenta, o que aliás obedece ao esquema marxista da luta de classes. Naturalmente, esse panorama muito simplificado, pois, se estrategicamente os revolucionários querem a conquista do poder, taticamente pode parecer-lhes vantajoso concluir acordos provisórios com os partidos burgueses.

O valor relativo das duas tendências corresponde, grosso modo, à penetração mais ou menos grande do marxismo no movimento operário do país.

É na Alemanha que o socialismo triunfa em primeiro lugar. Os dois partidos existentes se fundem em 1874 para constituir um só partido transformado em Social Democrata. O Congresso de Gotha (1875) sobre o qual Marx fez uma célebre crítica – assegura seu início e mantém em

sua chefia dois experimentados marxistas... Mas, se foi unificado sob uma direção marxista, o partido alemão teve e teria sempre seus próprios reformistas ou “revisionistas”, tais como Bernstein.

Na França, a unificação entre a tendência marxista e a tendência reformista é tardia. Primeiro foi preciso que o marxismo triunfasse no Congresso socialista de Amsterdã, em 1904. Lá, interdita-se as alianças com os partidos burgueses, a participação em seus governos..., e preconiza-se a luta de classes, a revolução e a ditadura do proletariado. Para aplicar tais proibições, em 1905, os grupos existentes se fundem num “Partido Socialista Unificado”. Mas seu líder, Jean Jaurès, pretende fazer a síntese entre as ideias marxistas e as ideias dos “filósofos” do século XVIII. O partido já não é puramente marxista...

É na Rússia que o marxismo obtém seu maior sucesso. Também aí existiam muitas tendências: os “socialistas revolucionários”, favoráveis a desordenados atentados terroristas, os “sociais-democratas” marxistas.

Em 1903 produz-se uma cisão e não uma fusão como na França. A minoria dos sociais-democratas (*mencheviques*) era favorável a uma política de espera, sendo o proletariado industrial bem pouco numeroso na Rússia. A maioria (*bolchevique*), conduzida por Lênin, pensava que a revolução podia estar próxima, graças à ação enérgica dos militantes rigorosamente disciplinados. Essa cisão permitiu constituir, em torno do núcleo *bolchevique* um sólido instrumento revolucionário.

O caso britânico é inverso. Decerto existiu sob o impulso de Hyndman uma “Federação Social Democrática”, de tendência marxista. Ela reuniu apenas alguns milhares de partidários e não conquistou as *trade unions*. Paralelamente, intelectuais socialistas criaram uma associação puramente reformista, *Fabian Society* – nome significativo, pois se inspirou no famoso “contemporizador” da Roma antiga, Fábio Cunctator. Finalmente, todos esses grupos se fundiram no Labour Party, que jamais se afastou de sua atitude reformista.

Entre reformistas e revolucionários se interpunha a noção de pátria. Os primeiros aceitavam-na. Os próximos, como Marx em seu *Manifesto Comunista*, - “Proletários de todos os países, uni-vos!” – pretendiam substituir a solidariedade de classe pela solidariedade no quadro geográfico da nação. Mas apenas os mais ardorosos se apegavam de fato a essa teoria e pregavam a greve contra a mobilização. E, julho de 1914, malgrado o assassinato de Jaurès, os socialistas franceses se ergueram como os outros para defender a pátria ameaçada. Quanto aos alemães, Bebel e Liebknecht tinham anunciado que a classe operária “seguiria como um só homem” a ordem de mobilização. Foi o que aconteceu. “Em tempo de guerra, todo mundo se torna nacionalista”, dirá Kautsky”.(Duroselle, 1976, p. 66/69).

ESPAÇOS PRIVADOS

O imóvel bem habitado

“O desprezo da classe dominante para com os proletários define uma atitude constante no século XIX. Não se pode sequer descrever estes “bárbaros” – expressão frequentemente empregada na época em relação à gente do povo – dado seu horrível aspecto. Um médico renunciou a fazê-lo: “A terceira e última classe, aquela do proletário, enfim”, escreve o Dr. Taxil, “sob Luís Filipe, de uma imensa dimensão proporcional, possui, com algumas honrosas exceções, toda a profunda ignorância, a superstição, as ignóbeis atitudes, a depravação de costumes dos filhos da floresta. Sua trivialidade, sua rusticidade, sua imprevidência, sua prodigalidade em meio a alegrias burlescas e orgias, tão prejudiciais ao bem-estar, não podem ser expressas, digo-o sem prevenção; o quadro seria excessivamente horrendo”.

Seria fácil compor uma antologia com textos destes naipes. Para o burguês vencedor, o proletário não passa de um selvagem da mais perigosa espécie, representante de um tipo de raça inferior. “Mais ou menos conscientemente”, escreve Adeline Daumard, “os parisienses abastados, quando se interessavam pelas classes subordinadas, erguiam uma barreira entre a burguesia e o povo e, ainda que acreditassem na necessidade da mobilidade social, tinham a consciência tranquila, pois consideravam os representantes dos meios populares como inferiores no plano moral como na esfera social”.

Nesta nova sociedade onde a posse vai exprimir dali por diante o valor supremo, existe um hiato absoluto entre os proprietários e seus assalariados. Quantitativamente, a tese de F. P. Condaccioni demonstrou-o quanto a Lille. Em 1891, o patrimônio médio de um industrial desta cidade eleva-se a 1 396 823 francos, o de um operário a 68 francos, ou seja, uma diferença de um para 20 541. Entre 1908-1910, o industrial e o operário cresceram juntos, mas a diferença é ainda de um para 9075. Seria possível supor que estas duas espécies sociais situadas em extremos antes opostos pudessem habitar no mesmo edifício?

Desta maneira os imóveis mistos, tão frequentes antes da Revolução, vão aos poucos desaparecer de todas as cidades francesas. A prova está em gravuras representando um imóvel aberto em corte anatômico. Os desenhistas do século XIX utilizarão com frequência este tema (...). Nas primeiras gravuras, quanto mais se sobe, mais “a suntuosidade e o conforto” decrescem até chegar ao tugúrio no sótão. Os locatários destes prédios à moda antiga já se ignoram uns aos outros... Os do andar nobre – o primeiro – não tardarão a se instalar em bairros

organizados unicamente para eles. Em Paris, o movimento se acelera desde a Restauração, com a progressão das ruas a oeste e a norte da cidade: ele será concluído em Hausmann, que exilará voluntariamente as classes perigosas na periferia: desta vez o corte de uma casa de aluguel revelará homogeneidade social. Pouco a pouco, em cada cidade de certa importância, será possível distinguir setores inteiros com ruas “bem habitadas” e um gueto proletário onde os membros das classes superiores não poderão jamais pôr os pés”.(Guerrand-Roger-Henri. In Perrot, 1991, p. 325/326).

CONCLUSÃO

“No século XIX, através de um lento, mas irresistível movimento, um número crescente de homens participa dos negócios públicos, se interessa por eles, contribui para exercer pressões. Um pouco em toda parte entrevê-se o “fim dos notáveis”, a ascensão de “novas camadas sociais”. Decerto que isto não significa que os cidadãos sejam realmente iguais. Há, na prática, muitos pesos e muitas medidas. O grande proprietário, o rico industrial, o banqueiro, mesmo que nas eleições disponham apenas de uma voz, têm, para exercer influência na vida do Estado, meios que a gente humilde não possui, a não ser suas relações pessoais com os políticos no poder. Entretanto, cada vez teve menos capacidade para fazer “votar bem”. O progresso da instrução, que em muitos países se torna obrigatório, leva os humildes a descobrir que seus interesses forçosamente não coincidem com os dos grandes locais. Partidos radicais e socialistas se constituem, reclamando uma melhor distribuição da riqueza. Os ministros são cada vez menos recrutados na aristocracia. Os duques, os lordes, em vez de governar, têm de travar duro combate defensivo no qual perdem sucessivas posições.

Esta evolução se opera numa relativa calma. A era romântica das revoluções sangrentas chega ao fim, salvo a Rússia, onde, em todos os domínios, a evolução é freada pela obstinação dos autocratas. Depois da Comuna de Paris, em 1871, a França já não conhece a guerra civil. A Inglaterra, a Alemanha, a Itália também a desconhecem. Os eleitores designam os deputados, e estes, progressivamente, votam as grandes leis reformistas. Todavia, nesse período sem revoluções, os revolucionários se organizam como jamais o fizeram, em torno dos partidos socialistas que se proclamam altamente internacionalistas (a II Internacional data de 1889).

Como a extensão dos poderes populares desenvolve simultaneamente, e em profundidade os sentimentos nacionais surge então uma situação que parece geradora de um conflito entre socialismo internacionalista e nacionalista. A crise de julho de 1914 vai demonstrar de maneira brilhante que o nacionalismo vence por toda parte”. (Duroselle, 1976, p. 61/62).



RESUMO

“Assim, a partir de meados do século, com a sociedade mais familiarizada com as regras do jogo industrial, os industriais se sentiram suficientemente ricos e confiantes para permitir o abandono dos métodos extensivos de exploração. Na verdade, o impulso econômico inglês, a partir da década de 50, havia reduzido o desemprego e permitido ao empresário, cujos lucros cresciam, remunerar melhor o trabalhador. (...).

Os grandes movimentos que mobilizaram os trabalhadores pobres contra a classe patronal morreram, ficando esquecidos aqueles que sonhavam com uma outra ordem social. Em seu lugar, os operários mais bem pagos, reconhecendo a revolução, se agruparam em respeitáveis e poderosos sindicatos. Dentro da ordem capitalista, estes sindicatos procuraram, pela negociação com os patrões, ou através de greves, criar escassez de mão-de-obra e assim aumentar os salários de seus membros, ou melhorar as condições de trabalho” (Canêdo, 1986, p. 57).



ATIVIDADES

1. Defina as linhas básicas do processo de formação da mão-de-obra para o trabalho industrial.
2. Escreva um texto destacando as ideias que dão sustentação à doutrina socialista.
3. Destaque os principais aspectos da militância dos trabalhadores via partidos políticos socialistas.



PRÓXIMA AULA

Com o tema do imperialismo – assunto da nossa próxima aula, daremos por encerrado o estudo do século XIX, aqui considerado período de formação da História Contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de A, e PILETTI, Nelson. **Toda a História.** História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **A Revolução Industrial:** tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade: rumo a um mundo industrializado. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986. (Discutindo a História).
- COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil: da pré-história ao séculoXXI.** São Paulo: Scipione, 2008.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** Tradução de Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- DUROSELLE, J. B. **A Europa de 1815 aos nossos dias** (Vida Política e Relações Internacionais). Tradução de Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1976.
- Grandes Personagens da História Universal.** Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972
- GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In PERROT, MICHELLE (org.) **História da vida privada.** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Tradução de Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **A Era do Capital: 1848-1875.** Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado.** Tradução de Marina Leão T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Revolucionários.** Tradução de João Carlos, Vítor Garcia e Adelângela Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos.** São Paulo: Contexto, 1990. (Textos e documentos).
- RÉMOND, René. **O século XIX - 1815/1914.** Introdução à história de nosso tempo. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1974.